PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA; COMUNICAÇÃO; DEFESA DO CONSUMIDOR; SAÚDE E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº 3224, DE 2024

PROJETO DE LEI Nº 3224, DE 2024

Apensado: PL nº 3786/2024

Institui a Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital, que se destina a incentivar o uso ponderado e responsável de jogos eletrônicos, redes computacionais, softwares, e similares conectados à internet ou a outra rede de comunicações, e dá outras providências.

Autor: Deputado DORINALDO

MALAFAIA

Relatora: Deputada DUDA SALABERT

I – RELATÓRIO

A proposição ora sob análise, de autoria do Deputado Dorinaldo Malafaia, tem por objetivo instituir a *Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital*, que se destina a incentivar o uso ponderado e responsável de jogos eletrônicos, redes sociais, programas computacionais, softwares e similares conectados à internet ou a outra rede de comunicações. A Campanha ocorrerá anualmente, no mês de abril, e será marcada por ações e atividades de conscientização nas instituições de ensino, de saúde, de comunicação e de proteção à criança e ao adolescente, com o objetivo de disseminar informações sobre o uso responsável e moderado da tecnologia digital e os riscos potenciais do seu uso excessivo na saúde mental, física e emocional dos indivíduos.

O Projeto de Lei ainda dispõe sobre a propaganda dos produtos e serviços digitais, que passa a ter de incluir advertência sobre os riscos potenciais do uso excessivo da tecnologia digital em crianças e adolescentes, segundo frases estabelecidas pelo Poder Público, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa.





Em sua justificativa, o autor pondera que o uso de tecnologia digital em excesso pode impactar negativamente a saúde das crianças e dos adolescentes. Ainda segundo o autor, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) aponta que os principais impactos afetam a qualidade do sono, geram fadiga ocular e danos à visão, aumentam a ansiedade e podem afetar o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Foi apensado ao projeto original o PL nº 3.786, de 2024, de autoria do Deputado Carlos Hauly, que institui a Política Nacional de Proteção à Saúde Mental em face do uso excessivo de tecnologia e das redes sociais e dá outras providências.

A matéria foi distribuída para análise de mérito às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Comunicação; Defesa do Consumidor; e Saúde. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deve se manifestar sobre a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO

II.1 Pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

No que se refere à constitucionalidade formal da proposição e seu apensado, verificamos que sua tramitação atende as exigências relacionadas à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação das matérias.

Quanto à constitucionalidade material, não vislumbramos nenhuma ofensa aos princípios e regras que regem o ordenamento jurídico pátrio. Além disso, verificamos o atendimento ao requisito da boa juridicidade, uma vez que os projetos em exame respeitam os princípios gerais do direito, observam o princípio da generalidade normativa e inovam no ordenamento jurídico.

Relativamente à técnica legislativa, as proposições adequam-se ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das proposições.





II.2 Mérito

As novas tecnologias digitais, sem dúvida alguma, representam um avanço em diversas áreas da vida humana. As operações bancárias ficaram mais ágeis e precisas. A compra e venda de produtos foi facilitada. A divulgação de notícias tornou-se quase instantânea. O debate político tornou-se mais acessível aos cidadãos.

Todavia, esses avanços vieram com diversos custos. No que se refere a nossas crianças, elas passaram muito cedo a ter acesso fácil a coisas que não têm maturidade para entender. São submetidas a estímulos que podem ser comparados aos efeitos de narcóticos, com a liberação de dopamina e outros neurotransmissores quando são reforçadas por "curtidas" ou recebem "atualizações".

Nesse sentido, precisamos proteger nossos jovens e crianças dos malefícios da tecnologia.

Não se trata de condenar o uso da tecnologia, mas de garantir a maximização dos benefícios e a redução dos prejuízos.

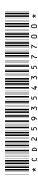
Os Projetos de Lei, em nossa visão, são bastante meritórios, pois optam pelo incentivo ao esclarecimento. Não se trata de proibir a tecnologia ou de restringir sua utilização, mas de garantir seu uso informado e consciente por meio de uma Campanha anual e do uso de advertências específicas nos produtos e serviços digitais.

Pais, educadores, responsáveis, profissionais de saúde e os próprios jovens e crianças devem ter consciência das implicações do uso prolongado ou excessivo de tecnologia digital. A vida desses indivíduos e de suas famílias pode ser afetada de diversos modos caso não estejam preparados para lidar com as consequências indesejáveis da tecnologia. Apenas por meio do esclarecimento as famílias e as pessoas poderão elaborar estratégias adequadas a seu modo de vida e às suas necessidades.

Os custos para sanarmos os danos à saúde física e mental de milhões de crianças, tanto em termos financeiros quanto sociais, certamente seriam astronômicos. Esta proposição, ao buscar formas de evitar prejuízos a nossos jovens, reveste-se de mérito legislativo e sugerimos sua aprovação.

O texto apresentado pela proposição principal trazia detalhes que consideramos mais adequados à regulamentação infralegal, bem como atribuía competências específicas que também consideramos mais adequadas à deliberação posterior do Poder Executivo. A necessidade desses pequenos aprimoramentos e para contemplar o projeto apensado, apresentamos o Substitutivo em anexo.





II.3 Conclusão do voto

Diante do exposto, no âmbito da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, nosso voto é pela **APROVAÇÃO** dos Projetos de Lei nº 3224/2024; e nº 3786/2024, **na forma do Substitutivo em anexo**.

No âmbito da Comissão de Comunicação, somos pela aprovação dos Projetos de Lei nº 3224/2024; e nº 3786/2024, na forma do Substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

Na Comissão de Defesa do Consumidor, somos pela aprovação dos Projetos de Lei nº 3224/2024; e nº 3786/2024, na forma do Substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

Pela Comissão de Saúde, votamos a favor da aprovação dos Projetos de Lei nº 3224/2024; e nº 3786/2024, na forma do Substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 3224/2024; e nº 3786/2024, e do Substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

Sala de Reuniões, em 4 de abril de 2025.

Deputada **DUDA SALABERT**





ANEXO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3224, DE 2024

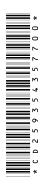
Apensado: PL nº 3786/2024

Institui a Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital e dispõe sobre a propaganda dos produtos e serviços digitais que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** Esta Lei institui a Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital, que se destina a incentivar o uso ponderado e responsável de jogos eletrônicos, redes sociais, programas computacionais, softwares e similares conectados à internet ou a outra rede de comunicações.
- **Art. 2º** A Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital ocorrerá anualmente, no mês de abril, em todo o território nacional.
- **Art. 3º** Durante a Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital serão realizadas ações e atividades de conscientização nas instituições de ensino, de saúde, de comunicação e de proteção à criança e ao adolescente, com o objetivo de disseminar informações sobre o uso responsável e moderado da tecnologia digital e os riscos potenciais do seu uso excessivo na saúde mental, física e emocional dos indivíduos.
- **Art. 4º** A propaganda e a divulgação de smartphones, videogames, computadores, *tablets* e equipamentos similares de tecnologia digital, bem como de jogos eletrônicos e de redes sociais deverão conter advertência sobre os riscos potenciais do uso excessivo da tecnologia digital em crianças e adolescentes, adotando frases estabelecidas pelo órgão federal competente, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa.
- §1º A descrição dos aplicativos vendidos em lojas virtuais deverá conter a advertência referida no caput.
- §2º As embalagens dos equipamentos relacionados no caput, com exceção dos destinados à exportação, bem como os pôsteres, painéis ou cartazes e anúncios em jornais e revistas que façam a referida difusão ou propaganda conterão a advertência referida no caput.





- **Art. 5º** Aplicam-se ao infrator da determinação do artigo 4º desta Lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, as seguintes sanções:
- I advertência;
- II suspensão do produto ou serviço de tecnologia digital relacionado no caput do artigo 1º por prazo de até trinta dias;
- III suspensão, no veículo de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda, por prazo de até trinta dias;
- IV obrigatoriedade de veiculação de retificação ou esclarecimento para compensar propaganda distorcida ou de má-fé;
- V apreensão dos equipamentos.
- VI multa simples de até 10% (dez por cento) do faturamento do grupo econômico no Brasil no seu último exercício, aplicada conforme a capacidade econômica do infrator;
- VII proibição de exercício das atividades.
- §1° As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas gradativamente e, na reincidência, cumulativamente, de acordo com as especificidades do infrator.
- §2º Tratando-se de empresa estrangeira, responde solidariamente pelo pagamento da multa de que trata o inciso VI do caput sua filial, sucursal, escritório ou estabelecimento situado no País.
- **Art. 6º** Os valores das multas aplicadas com base nesta Lei serão destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, a serem aplicados necessariamente em políticas e projetos que tenham por objetivo a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.
- Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



